

# Negatividade e utopia do movimento altermundialista\*

Michael Löwy\*\*

## **Resumo:**

O movimento altermundialista é o fenômeno mais importante da resistência anti-sistêmica deste início de século. Ao se voltar radicalmente contra a natureza capitalista da dominação, sua dinâmica comporta três principais momentos distintos e complementares: a negatividade da resistência, as proposições concretas e a utopia de um outro mundo.

O movimento altermundialista é sem dúvida o fenômeno mais importante de resistência anti-sistêmica do início do século XX. Esta vasta nebulosa, esta espécie de “movimento dos movimentos”, que se manifesta de forma visível por ocasião dos Fóruns Sociais – regionais ou mundiais – e das grandes manifestações de protesto – contra a OMC, o G8 ou a guerra no Iraque – não corresponde às formas habituais da ação social ou política. Grande rede descentralizada, é múltipla, diversa e heterogênea, associando sindicatos operários e movimentos camponeses, ONGs e organizações indígenas, movimentos de mulheres e associações ecológicas, intelectuais e jovens ativistas. Longe de ser uma fraqueza, esta pluralidade é uma das fontes de força, crescimento e expansão do movimento.

As solidariedades internacionais que nascem no interior desta ampla rede são de tipo novo, um pouco diferente daquelas que caracterizaram as mobilizações internacionalistas dos anos 60 ou 70.

Nesta época, a solidariedade mobilizava-se em **apoio a** movimentos de libertação, seja nos países do Sul – revoluções argelina, cubana e vietnamita – seja na Europa do Leste, com os dissidentes poloneses e a Primavera de Praga. Um pouco mais tarde, nos anos 80, houve a solidariedade aos sandinistas na Nicarágua, e ao *Solidarnosc* na Polônia.

Esta tradição, generosa e fraternal, de solidariedade para **com** os oprimidos

---

\*Tradução Beatriz Whitaker. Revisão técnica de Marina Fuser e Lúcio Flávio de Almeida.

\*\* Sociólogo, autor de vários livros, diretor de pesquisa no CNRS. Publicou recentemente *Walter Benjamin – Aviso de Incêndio*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

não desapareceu, muito pelo contrário, no novo movimento pela Justiça Global iniciado nos anos 90. Um exemplo evidente é a simpatia e o apoio ao neozapatismo, a partir do levante dos indígenas de Chiapas em 1º de janeiro 1994. Mas aqui aparece um elemento novo, uma mudança de perspectiva. Em 1966, o exército zapatista de liberação nacional convocou um Encontro Intercontinental nas montanhas do Chiapas – denominado ironicamente “Intergalático” pelo subcomandante Marcos – contra o Neoliberalismo e pela Humanidade. É claro que os milhares de pessoas que, originários de 40 países, foram a este encontro – que pode ser considerado o primeiro sinal antecipado do que, mais tarde, ficaria conhecido como “altermundialismo” – **também** se solidarizaram com os zapatistas, mas o objetivo do encontro, definido por estes últimos, era muito mais amplo: a busca de convergências na **luta comum** contra um adversário comum, o neoliberalismo, e o debate sobre as alternativas possíveis para a humanidade.

Eis então a nova característica das solidariedades que se tecem dentro e em torno do movimento de resistência à globalização capitalista: o combate por objetivos imediatos comuns a todos – por exemplo, a luta contra a OMC – e a busca comum de novos paradigmas de civilização. Em outros termos: mais do que uma solidariedade **com**, é uma solidariedade **entre** organizações diferentes, movimentos sociais ou forças políticas de diversos países ou continentes, que se ajudam e se associam num **mesmo combate**, diante do mesmo inimigo planetário.

Para dar um exemplo: a rede camponesa internacional **Via Campesina** reúne movimentos tão diferentes como a Confederação Camponesa francesa, o Movimento dos Sem Terra do Brasil ou os grandes movimentos camponeses na Índia. Essas organizações se ajudam mutuamente, trocam experiências, e **atuam juntas** contra as políticas neoliberais e contra seus adversários comuns: as multinacionais do agro-negócio, os monopólios dos sementeiros, os fabricantes de transgênicos, os grandes latifundiários. **A solidariedade delas é recíproca** e, juntas, elas constituem uma das mais potentes, ativas e agitadas componentes do movimento mundial contra a globalização capitalista.

Poder-se-ia dar outros exemplos, no terreno sindical, feminista – como a Marcha Mundial das Mulheres – ecológico ou político. Certamente este processo de revitalização das solidariedades antigas e de invenção de novas solidariedades está ainda no seu início. Ele é frágil, limitado, incerto, e bem incapaz, atualmente, de ameaçar a dominação esmagadora do capital global e a hegemonia planetária do neoliberalismo. Ele também não constitui o espaço estratégico onde se elabora o internacionalismo do futuro.

A dinâmica do movimento altermundialista comporta três momentos distintos mas complementares: a *negatividade da resistência*, as *proposições concretas*, e

*a utopia de um outro mundo.*

O primeiro momento, o ponto de partida do movimento, é a *rejeição*, o protesto, a necessidade imperativa de *resistir* ao estado de coisas existente. Ele constitui esta *Internacional da Resistência*, como a denominou Jacques Derrida em sua obra *O espectro de Marx*. A motivação inicial das massas que se mobilizaram em Seattle em 1999 consistiu na vontade de se opor ativamente, não à “globalização” em si, mas à sua forma capitalista e liberal, à *corporate globalization* com o seu cortejo de injustiças e catástrofes: desigualdades crescentes entre o norte e o sul, desemprego, exclusão social, destruição do meio ambiente, guerras imperiais, crimes contra a humanidade. Aliás, o movimento nasce com um grito lançado pelos zapatistas em 1994. *Ya basta!* A força do movimento provém inicialmente desta *negatividade radical*, inspirada por uma profunda e irreduzível indignação. Celebrando a dignidade da indignação e da incondicional recusa à injustiça, Daniel Bensaid escreveu: “a lava ardente da *indignação não se dissolve nas águas mornas da resignação consensual*. (...) *A indignação é um início. Uma maneira de se levantar e de agir. A gente se indigna, se insurge e, depois, vê no que dá*” (Bensaid, 2001: 106). A radicalidade do movimento resulta, em grande parte, dessa capacidade de revolta e de insubmissão, dessa disposição intratável de dizer: não! As críticas do movimento e as mídias conformistas insistem fortemente no caráter excessivamente “negativo” do movimento, sua natureza “puramente” protestatária, a ausência de propostas alternativas “realistas”. É preciso recusar firmemente esta chantagem: mesmo se o movimento não tivesse uma única proposta, sua revolta seria *totalmente justificada*. Os protestos de rua contra a OMC, o G8 e a guerra imperialista são sua expressão concentrada, visível e incontornável desta desconfiança quanto às regras do jogo impostas pelos poderosos. O movimento é orgulhoso de sua negatividade ativa, de sua fibra protestatária e rebelde. Sem este sentimento radical de recusa, o movimento altermundialista não existiria.

Contra qual adversário esta rejeição é dirigida? Trata-se das instituições financeiras internacionais (OMC, FMI, Banco Mundial)? Ou das políticas neoliberais? Ou ainda dos grandes monopólios multinacionais? Todas as forças, responsáveis pela mercantilização do mundo são alvos do movimento. Mas este é mais radical. Esta palavra significa, como se sabe, ir à raiz dos problemas. Então, qual é a raiz da dominação totalitária dos bancos e dos monopólios, da ditadura dos mercados financeiros, das guerras imperiais, senão o próprio sistema capitalista? Claro, os opositores do movimento altermundialista não estão prontos para tirar esta conclusão: alguns sonham ainda com um retorno do neokeynesianismo, com o crescimento dos “trinta gloriosos” ou com um capitalismo regulamentado, de face humana. Estes “moderados” têm seu lugar no movimento, mas sem dúvida, é uma vertente mais radical que tende a predominar. A maior parte dos documentos feitos pelos movimentos não põe em

questão apenas as políticas neoliberais e belicistas, mas também o próprio *poder do capital*. Tomemos o exemplo da “Carta de princípios do Fórum Social Mundial”, redigida pelo Comitê Brasileiro de Organização – no qual se encontram não apenas sindicatos operários e movimentos camponeses, mas também ONGs e um representante da Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica – aprovada, apesar de algumas modificações feitas pelo Conselho Internacional do FSM. Ora, este documento, um dos mais representativos e “consensuais” do movimento altermundialista, afirma: “O Fórum Social Mundial é um espaço de encontro aberto que visa a aprofundar a reflexão, o debate de idéias democráticas, a formulação de propostas, intercâmbios em toda liberdade de experiências, e a articulação em prol de ações eficazes, de instâncias e de movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e à dominação do mundo pelo capital e toda forma de imperialismo, e que se empenham a construir uma sociedade planetária centrada no ser humano. (...) As alternativas propostas no FSM se opõem a um processo de mundialização capitalista comandada pelas grandes empresas multinacionais (...)”<sup>1</sup>. A principal palavra de ordem do movimento, “o mundo não é uma mercadoria”, não é tão distante das idéias de um certo Karl Marx, que escrevia, nos Manuscritos de 1844: no sistema capitalista, “o operário torna-se uma mercadoria tanto mais vil que vai criando outras mercadorias. A depreciação do mundo dos homens aumenta em razão direta da valorização do mundo das coisas” (Marx, 1962: 57). A radicalidade do não altermundialista concerne à natureza capitalista da dominação.

Entretanto, contrariamente àqueles que se pretendem os comissários do consenso oficial, o movimento não carece de *propostas alternativas*, concretas, urgentes, práticas e imediatamente realizáveis. Claro, nenhuma instância aprovou um “programa comum”, e nenhuma força política impôs o “seu” projeto. Observamos, porém, no curso dos Fóruns e dos debates, o surgimento de um conjunto de reivindicações, senão unânimes, pelo menos amplamente aceitas e levadas à frente pelo movimento: por exemplo, abolição da dívida do Terceiro Mundo, taxação das transações financeiras, supressão dos paraísos fiscais, moratória dos organismos geneticamente modificados, direito dos povos à própria alimentação, igualdade efetiva entre homens e mulheres, defesa e extensão dos serviços públicos, prioridade à saúde, à educação e à cultura, proteção do meio ambiente. Estas reivindicações foram elaboradas pelas redes internacionais altermundialistas – Marcha Mundial das Mulheres, Attac, Focus on Global South, Via Campesina, Comitê pela Abolição da Dívida do Terceiro Mundo etc. – e por diferentes movimentos sociais, e debatidas nos Fóruns. Uma das grandes qualidades destes últimos é o de permitir o encontro e a audiência recíproca entre feministas e sindicalistas, religiosos e não religiosos, militantes do norte e do sul.

---

1 Anexo em Cassen (2003 : 166).

Nesse processo de confrontação e de mútuo enriquecimento as polêmicas não desapareceram, mas pouco a pouco se assiste ao esboçar dos contornos de um conjunto de propostas comuns.

São “propostas” realistas? A questão está mal formulada. Na correlação de forças existentes, as elites e classes dominantes recusam-se, em bloco, a considerá-las; elas são inimagináveis para o “pensamento único” neoliberal, são intoleráveis para os representantes do capital ou, na versão hipócrita dos social-liberais, são “infelizmente irrealizáveis”. Mas, basta que as relações de força mudem, as opiniões públicas se mobilizem, para que os “responsáveis” sejam obrigados a recuar, a fazer concessões, sempre tentando esvaziá-las de sua substância. O mais importante dessas propostas é que elas são extensivas: toda vitória parcial, toda conquista, todo avanço, permite passar para a etapa seguinte, para a etapa superior, para uma reivindicação mais radical. É, sob uma forma diferente do movimento operário tradicional, uma dinâmica “transitória” que conduz ao questionamento do próprio sistema.

Chegamos aqui ao terceiro momento, tão importante quanto os precedentes: a *dimensão utópica* do movimento. Ela também é radical: “um outro mundo é possível”. Não se trata simplesmente de corrigir os excessos do mundo capitalista/industrial e das suas monstruosas políticas neoliberais, mas de sonhar, e de lutar por *uma outra civilização*, um outro paradigma econômico e social, uma outra forma de viver juntos no planeta. Além das múltiplas propostas concretas e específicas, o movimento contém uma perspectiva transformadora mais ambiciosa, mais “global”, mais universal. Claro, aqui também, perseguiríamos em vão um projeto comum, um programa reformador ou revolucionário consensual. A utopia altermundialista somente se manifesta no compartilhamento de certos *valores comuns*. São estes que desenham os contornos desse outro “mundo possível”.

O primeiro desses valores é o *próprio ser humano*. A utopia do movimento é resolutamente humanista, ela exige que as necessidades, as aspirações dos seres humanos, tornem-se o centro vital de uma reorganização da economia e da sociedade. Sua revolta contra a mercantização dos humanos e das suas relações, contra a transformação do amor, da cultura, da vida, da saúde, em mercadoria, supõe uma outra forma da vida social, além da reificação e do fetichismo. Não é por acaso que o movimento, mesmo privilegiando os oprimidos e explorados como atores da transformação social, se dirige a todos os seres humanos. A defesa do meio ambiente provém também de uma inspiração humanista: salvar os equilíbrios ecológicos, proteger a natureza contra as predações do produtivismo capitalista é a condição para assegurar a continuidade da vida humana no planeta.

Um outro valor essencial da utopia altermundialista é a *democracia*. A idéia de democracia participativa, como forma superior do exercício da cidadania para

além dos limites dos sistemas representativos tradicionais – porque permitindo à população exercer diretamente o seu poder de decisão e de controle – é um dos temas centrais do movimento. Trata-se de um valor “utópico”, na medida em que se coloca em questão as formas de poder existentes, mas, por outro lado, ela já está sendo posta em prática, de forma experimental, nas diferentes cidades, a começar, naturalmente, por Porto Alegre. O grande desafio, do ponto de vista de um projeto de sociedade alternativa, é o de estender a democracia ao terreno econômico e social. Por que permitir, nesse campo, o poder exclusivo de uma elite que rejeitamos na esfera política ?

O capital substituiu os três grandes valores revolucionários do passado – *liberdade, igualdade, fraternidade*– por conceitos mais “modernos”: liberalismo, equidade, caridade. A utopia altermundialista retoma para si os valores de 1789, mas atribuindo-lhe um novo alcance: assim, a liberdade não é somente liberdade de expressão, de organização, de pensamento, de crítica, de manifestação – duramente conquistado por séculos de lutas contra o absolutismo, o fascismo e as ditaduras. Mas também, e hoje mais do nunca, a liberdade em relação a outra forma de absolutismo: a ditadura dos mercados financeiros e da elite dos banqueiros e dos chefes de empresas multinacionais que impõem os seus interesses para o conjunto do planeta. Quanto à igualdade, ela concerne não somente à “fratura social” entre ricos e pobres, mas também à desigualdade entre nações, entre etnias e entre o homem e a mulher. Enfim, a fraternidade, que parece limitar-se aos irmãos (*frates*) – ganha ao ser substituída pela *solidariedade*, isto é, pelas relações de cooperação, de compartilhamento, de ajuda mútua. A expressão *civilização da solidariedade* é um bom resumo do projeto alternativo do movimento. Isto significa, não somente uma estrutura econômica e política radicalmente diferente, mas sobretudo, uma sociedade alternativa que celebra as idéias do bem comum, de interesse geral, dos direitos universais, da gratuidade.

Outro valor importante do altermundialismo é a *diversidade*. O mundo novo sonhado pelo movimento é totalmente o contrário de um universo homogêneo, onde todos devem imitar um modelo único. Nós queremos, dizem os zapatistas, “um mundo onde caibam os diferentes mundos“. A pluralidade de idiomas, culturas, músicas, alimentos, formas de vida constitui uma riqueza imensa que é preciso saber cultivar.

Esses valores não definem um paradigma de sociedade para o futuro. Eles fornecem as pistas, aberturas, janelas que se abrem para o possível. O caminho da utopia não está todo traçado ; são os próprios caminhantes que o traçarão.

Para muitos dos participantes dos Fóruns e das manifestações, o *socialismo* é o nome desta utopia. É uma esperança compartilhada por marxistas e libertários, cristãos e ecologistas de esquerda, por um número significativo de militantes dos

movimentos operários, camponeses, feministas ou indígenas. Uma democracia socialista significa que as grandes escolhas socioeconômicas, as prioridades em matéria de investimentos, as orientações fundamentais da produção e da distribuição, são democraticamente debatidas e fixadas pela própria população e não por um punhado de exploradores ou as pretensas “leis do mercado” (ou ainda, variante já falida, por um Birô Político todo-poderoso). Não se trata de impor o socialismo como programa do movimento, mas o debate sobre o socialismo é um componente legítimo do confronto de idéias sobre as alternativas. Por ocasião do Forum Social Mundial II de fevereiro 2002, um ciclo de conferências de três dias sobre o socialismo foi organizado com a participação de milhares de delegados, pela rede internacional *Via Campesina*.

Em todo caso, não se trata de esperar um futuro radiante, mas de atuar aqui e agora. Cada Fórum Social, cada experiência local de democracia participativa, cada ocupação coletiva de terras pelos camponeses, cada ação internacionalmente concertada contra a guerra é uma prefiguração da utopia altermundialista e inspirada por seus valores, os de uma civilização da solidariedade.

### **Bibliografia**

- BENSAÏDE, Daniel. (2001). *Les irréductibles. Théorèmes de la résistance à l'air du temps*. Paris: Textuel.
- CASSEN, Bernard. (2003). *Tout a commencé à Porto Alegre...* Paris: Mille et une nuits.
- Marx, Karl. (1962). *Manuscrits de 1844*. Paris: Ed. Sociales.